

ELIZABETE ROSA DE MELLO

**DIREITO FUNDAMENTAL
A UMA
TRIBUTAÇÃO JUSTA**

SÃO PAULO
EDITORIA ATLAS S.A. – 2013

© 2013 by Editora Atlas S.A.



Capa: Leonardo Hermano
Projeto gráfico e composição: Set-up Time Artes Gráficas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mello, Elizabete Rosa de
Direito fundamental a uma tributação justa / Elizabete Rosa de
Mello. -- São Paulo: Atlas, 2013.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-8183-5

epdf-ISBN 978-85-224-8184-2

1. Contribuinte tributário – Brasil 2. Direito tributário
3. Direito tributário – Brasil 4. Direitos civis 5. Tributos –
Leis e legislação – Brasil I. Título.

13-07996

CDU-34:336.2.024(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Contribuintes : Direitos fundamentais
: Direito tributário 34:336.2.024(81)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total
ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos
direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

Sys: 983716

SUMÁRIO

Prefácio I, ix

Prefácio II, xiii

Prefácio III, xv

Apresentação, xvii

1 Os tributos nas constituições republicanas brasileiras, 1

- 1.1 Constituição de 1891 – A questão da discriminação de rendas, 2
- 1.2 Constituição de 1934, 7
- 1.3 Constituição de 1937, 9
- 1.4 Constituição de 1946, 11
- 1.5 Constituição de 1967 – A Emenda Constitucional nº 1 de 1969, 14
- 1.6 Constituição de 1988, 15

2 A tributação justa como direito fundamental, 19

- 2.1 O conceito de federalismo, 24
 - 2.1.1 O conceito de federalismo fiscal, 27
- 2.2 Conceito de justiça, 35
- 2.3 Diferença entre justiça tributária e tributação justa, 40
- 2.4 Relação entre justiça e princípios, 41
- 2.5 Princípios relacionados à justiça, 46
 - 2.5.1 Princípio da igualdade na obra clássica “A riqueza das nações” de Adam Smith, 46
 - 2.5.2 Princípio da igualdade e princípio da diferença na teoria da justiça como equidade de John Rawls, 48

- 2.5.3 O princípio da igualdade distributiva no conceito de “justiça distributiva” de Robert Nozick, 55
- 2.5.4 A “igualdade de bem-estar” e a “igualdade de recursos” tratadas por Ronald Dworkin, 57
- 2.5.5 As noções de “funcionamentos” e “capacidade” trazidas por Amartya Sen, 59
- 2.5.6 O princípio da igualdade de benefícios e o princípio da igualdade de sacrifícios em “O Mito da Propriedade” de Liam Murphy e Thomas Nagel, 61
- 2.5.7 A “igualdade complexa” de Michael Walzer, 65
- 2.5.8 O princípio da equivalência como critério da igualdade tributária por Sérgio Vasques, 66

3 A obrigação como processo no direito tributário, 69

4 Primeiro mecanismo para viabilizar o direito fundamental a uma tributação justa: critério de legitimação constitucional das multas tributárias, 73

- 4.1 Infrações tributárias, 85
 - 4.1.1 Natureza jurídica. Violação de um dever jurídico, 87
 - 4.1.2 Objetividade do injusto tributário (CTN, artigo 136), 92
 - 4.1.3 Responsabilidade (CTN, artigo 137), 93
- 4.2 Sanções tributárias, 94
 - 4.2.1 Conceito, 94
 - 4.2.2 Princípio da legalidade, 95
 - 4.2.3 Classificação, 95
- 4.3 Sanções penais, 96
 - 4.3.1 Sanções penais *Lato sensu*, 96
 - 4.3.1.1 Privação de liberdade, 96
 - 4.3.1.2 Privação de direitos, 96
 - 4.3.1.3 Perdimento de bens, 97
 - 4.3.2 Competência para legislar, 97
- 4.4 Sanções administrativas, 98
 - 4.4.1 Sanções administrativas *Lato sensu*, 98
 - 4.4.2 Competência para legislar, 98
- 4.5 Sanções civis, 98
 - 4.5.1 Espécies de sanções civis, 99
 - 4.5.1.1 Multas fixas, 99
 - 4.5.1.2 Multas proporcionais, 99
 - 4.5.1.3 Multas moratórias ou multas de mora, 99
 - 4.5.1.3.1 Acréscimos, correção monetária e juros de mora, 100
 - 4.5.1.3.2 Multas moratórias e punitivas, 101
 - 4.5.1.3.3 Natureza administrativa da multa moratória, 102
- 4.6 Penalidades tributárias, 102
 - 4.6.1 Efeitos. Repressivo. Intimidatório. Preventivo, 102
 - 4.6.2 Limites. Qualitativo (penalidade pecuniária. Direito de defesa administrativa e judicial). Quantitativo (não confiscatoriedade, CF/88 – art. 150, IV). Exclusão

- da antijuridicidade. Estado de necessidade. Exclusão de punibilidade, CTN, artigo 100, parágrafo único, 103
 - 4.6.2.1 Limite qualitativo da multa moratória, 103
 - 4.6.2.2 Infração de natureza continuada, 104
 - 4.7 Limite quantitativo da multa moratória, 105
 - 4.8 Extinção da punibilidade. CTN, artigos 156, IV e V, 180, 138 e 106, 107
 - 4.8.1 Extinção da punibilidade pela extinção do crédito tributário (artigo 156, IV e V, do CTN), 107
 - 4.8.2 Extinção da punibilidade pela anistia (artigo 180 do CTN), 107
 - 4.8.3 Extinção da punibilidade pela denúncia espontânea da infração (artigo 138 do CTN), 108
 - 4.8.3.1 Multa moratória e denúncia espontânea, 110
 - 4.8.4 Extinção da punibilidade pela retroatividade benigna (artigo 106 do CTN), 111
 - 4.9 Transferência ao sucessor e responsável, 113
 - 4.10 Proposta de classificação das infrações tributárias e os valores de suas respectivas multas punitivas, 115
- 5 Segundo mecanismo para viabilizar o direito fundamental a uma tributação justa: paradigma utilizado do IPTU progressivo no tempo, 121**
- 5.1 O IPTU na Constituição brasileira atual, 122
 - 5.2 Fundamentos e espécies de progressividade, 125
 - 5.3 O princípio da igualdade e a progressividade do IPTU, 127
 - 5.4 A progressividade do IPTU no tempo, 139
 - 5.4.1 O IPTU progressivo no tempo no Município do Rio de Janeiro, 141
- 6 Terceiro mecanismo para a aplicabilidade da justiça tributária e da tributação justa: a teoria dos modelos, 147**
- 6.1 Fontes do direito, 148
 - 6.1.1 Historicidade das fontes e modelos jurídicos, 150
 - 6.2 Modelos jurídicos, 151
 - 6.2.1 A finalidade dos modelos jurídicos, 151
 - 6.2.2 Estrutura dos modelos jurídicos, 152
 - 6.2.3 Classes de modelos jurídicos, 153
 - 6.2.4 Espécies de modelos jurídicos, 154
 - 6.2.4.1 Modelos jurídicos jurisdicionais, 156
 - 6.3 Ciência do direito e ordenamento jurídico, 159
 - 6.3.1 Dos fatos para os modelos: a criação do modelo jurisdicional, 160
 - 6.3.1.1 Fato afirmado, 160
 - 6.3.1.2 Fato conceitual, 160
 - 6.3.1.3 Fato concreto, 161
 - 6.4 A construção dos modelos, 163
 - 6.5 Análise de casos concretos por meio de modelos jurisdicionais, 164
 - 6.5.1 Modelo jurisdicional autônomo, 164

6.5.1.1 As etapas do processo criativo dos
 modelos jurisdicionais autônomos, 164

6.5.2 Casos concretos, 165

6.5.2.1 Modelo Jurisdicional nº 1, 165

6.5.2.2 Modelo Jurisdicional nº 2, 168

Conclusões, 173

Referências, 177